



O controle interno governamental nos 30 anos da Constituição Federal de 1988



Agenda

•Linha do tempo

•De onde viemos?

Visão institucional

Marcos relevantes

Mudanças de foco

Situação atual

O quanto progredimos?

Indicadores relevantes

Resultados alcançados

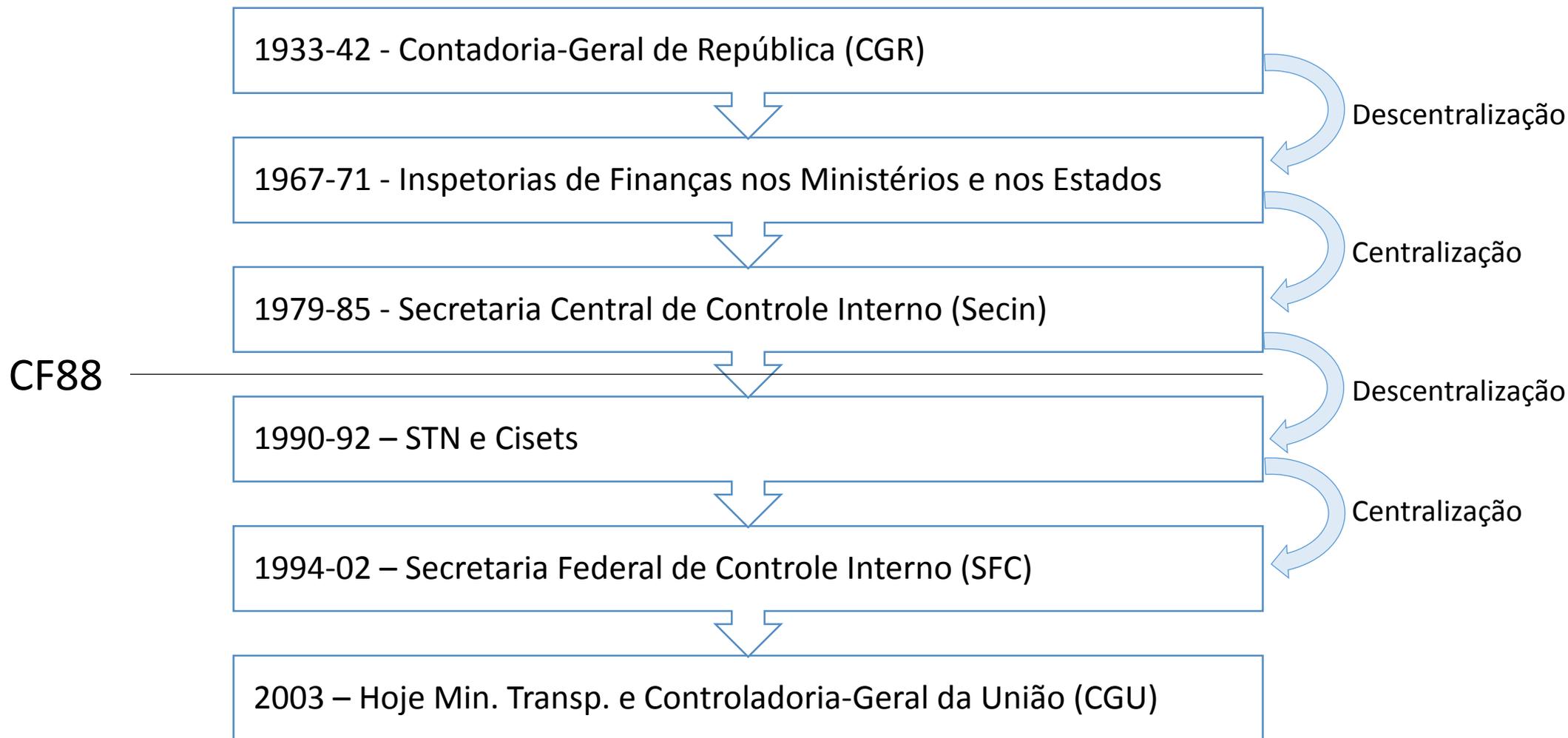
Olhar no futuro

Que caminho devemos percorrer?



Linha do tempo

Visão institucional



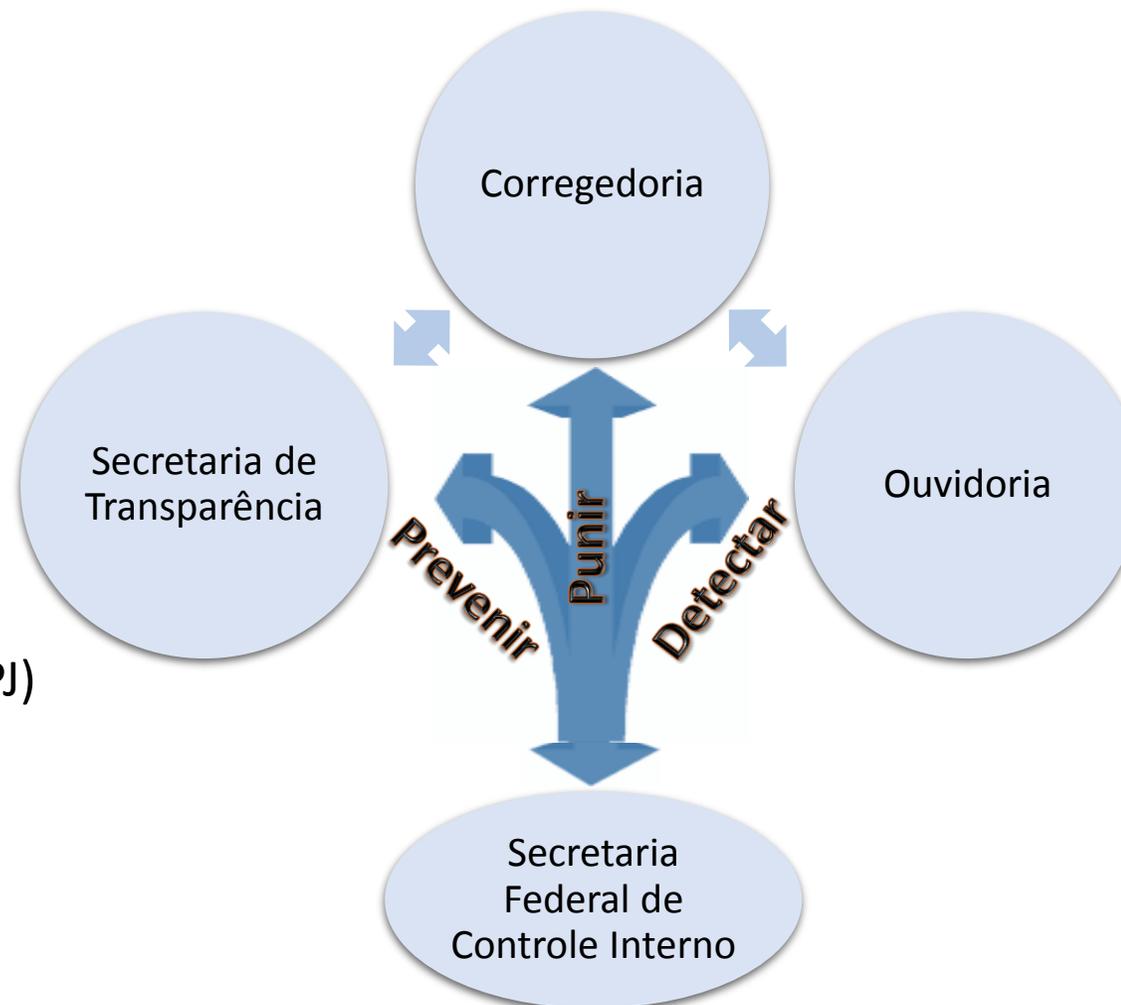
Linha do tempo

Visão institucional - CGU

Competências legais da CGU

- Acordos de leniência com Empresas
- Auditoria de recursos públicos
- Melhoria da Gestão Pública
- Aumento da transparência
- Prevenção da corrupção
- Responsabilização Administrativa (Agente e PJ)
- Ouvidoria
- Defesa do patrimônio público

Estrutura Integrada





Iniciativas da CGU

Auditorias de recursos públicos



Acesso à Informação



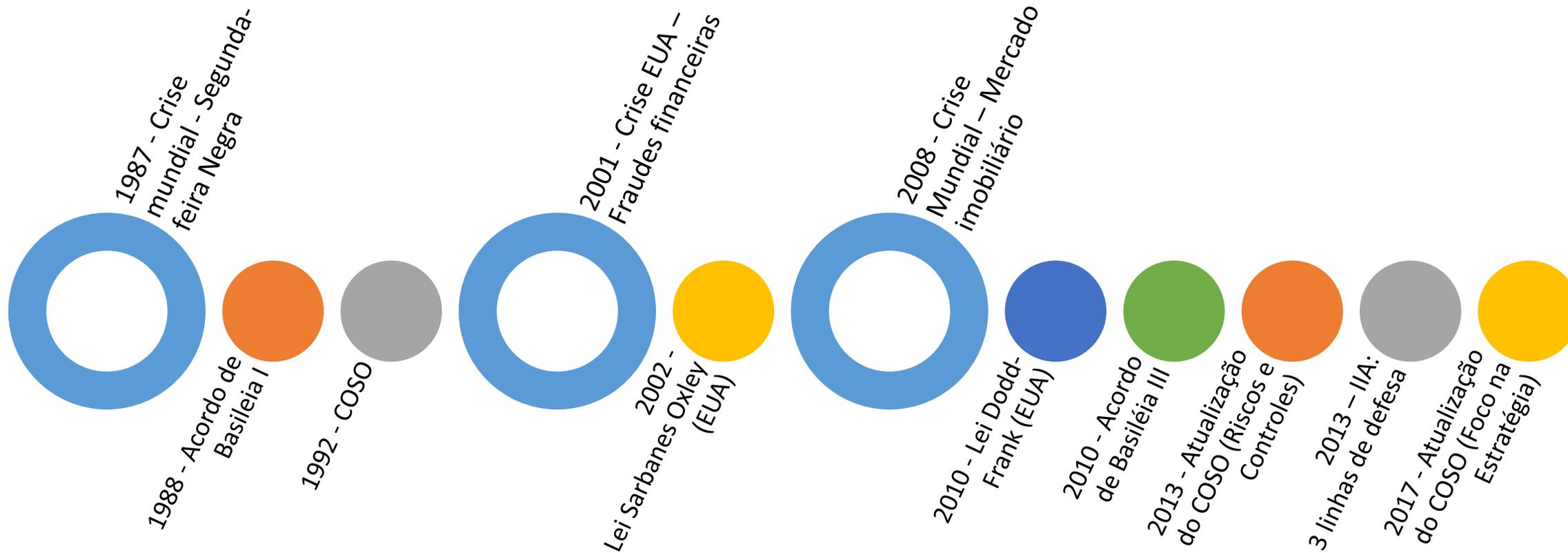
BRASIL
transparente





Linha do tempo

Marcos externos relevantes





Linha do tempo

Marcos internos relevantes Pré CF88

Pré Vargas

- Contadoria Geral da República
- Código da contabilidade pública
- Regulamento Geral de Contabilidade Pública

Era Vargas 1930 - 1945

- TCU Retraído
- Instituição do julgamento das contas pela câmara
- DASP – Fiscalizar o orçamento

Regime Militar (1964-1985)

- 1964
 - Lei n.º 4.320
 - controle interno prévio, concomitante e subsequente (conformidade, pessoal e desempenho)
- 1967
 - CF: Controle externo e interno
 - Dec. Lei 200: Inspetorias de Finanças
- 1970
 - Certificados de contas

1987

- Implantação do Siafi
- Criação das carreiras de AFC e TFC



Linha do tempo

Marcos relevantes – 1988 a 2002

1998 - 1999

- Transição do foco de conformidade contábil para Processos
- Supressão das atribuições de Contabilidade do Sistema de controle interno

2000

- Lei Complementar n.º 101/2000 (LRF)
- SCI – Decreto n.º 3591/2000
 - Extinção das Cissets
 - Criação dos AECI,
 - Reestruturação da SFC

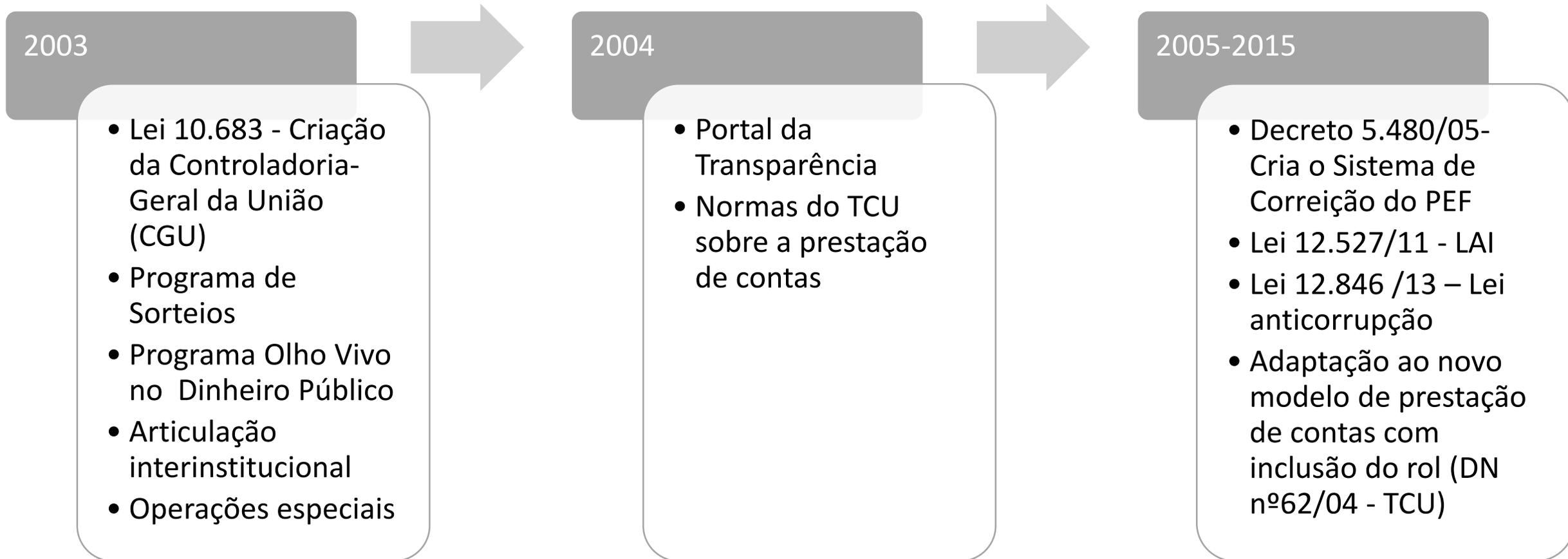
2001

- Lei n.º 10.180 (6/2/2001) - SCI
- Criação da Corregedoria-Geral da União
- IN 01/2001 – Referencial técnico da Auditoria



Linha do tempo

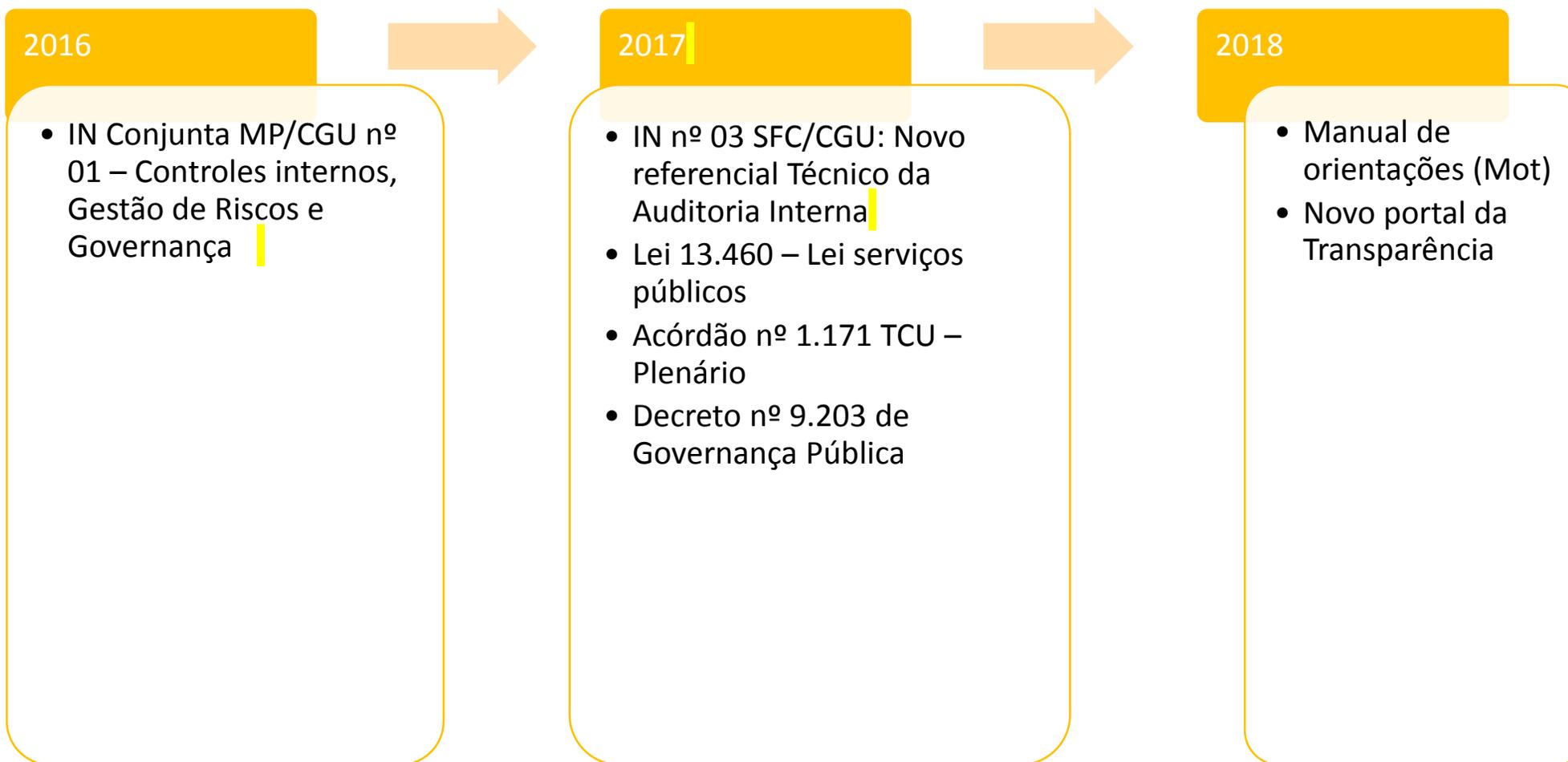
Marcos relevantes – 2003 a 2015





Linha do tempo

Marcos relevantes – 2016 a 2018





Linha do tempo

Evolução do foco da atuação da Auditoria Interna

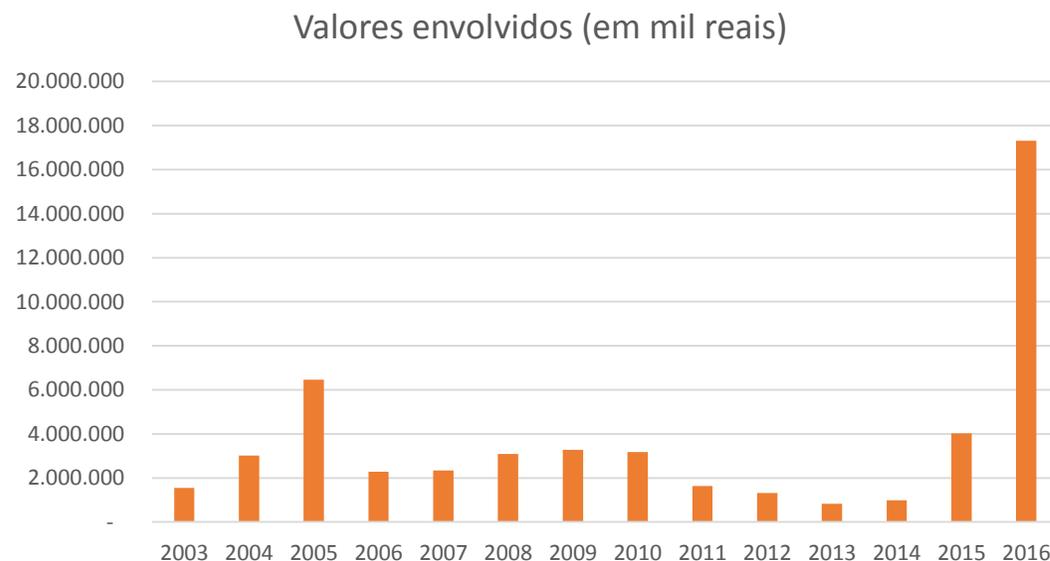
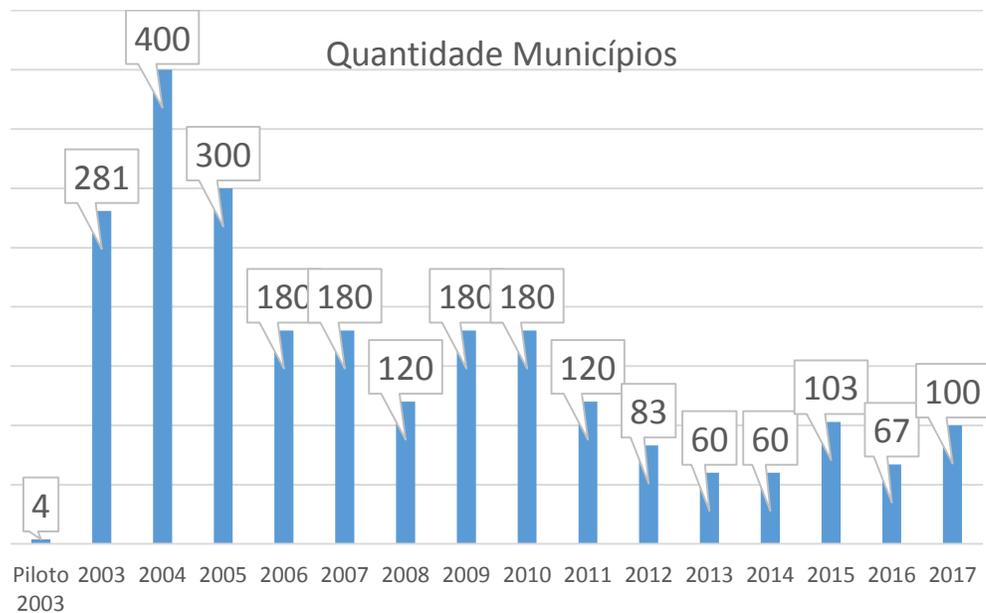




Linha do tempo

Avaliação - Produtos

Programa de Fiscalização por Sorteios Públicos / Fiscalização em Entes Federativos





Linha do tempo

Avaliação - Produtos

TEMAS AVALIADOS EM 2017

- SUBVENÇÕES
- SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA
- GESTÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL
- POLÍTICA NACIONAL DE CONTROLE E COMBATE AO CÂNCER
- INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA
- ATUAÇÃO DOS FUNDOS DE PENSÃO E DE SUAS PATROCINADORAS
- IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA
- DESINVESTIMENTOS
- ATUAÇÃO DA REGULAÇÃO ECONÔMICA E SERVIÇOS PÚBLICOS
- RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS
- GESTÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO
- APOIO À ESTRUTURAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA
- GOVERNANÇA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
- DESPESAS COM PESSOAL
- BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
- PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE DO MOSQUITO Aedes Aegypti

Montagem de capas de relatórios de avaliação da CGU em 2017:

- RENTABILIDADE DE INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA HÍDRICA:** Resultado da avaliação do investimento em obras de infraestrutura hídrica em São Paulo, com foco em obras de abastecimento de água em regiões de menor renda.
- DESPESAS DE PESSOAL:** Análise de gastos com pessoal na Administração Pública Federal, destacando a necessidade de otimização e controle de custos.
- RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS:** Análise de renúncias tributárias em 2017, avaliando o impacto orçamentário e a eficiência da arrecadação.
- IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA:** Diagnóstico dos investimentos em infraestrutura hídrica, avaliando a execução e o impacto social das obras.
- POLÍTICA NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE AO CÂNCER NO SUS:** Avaliação da implementação da política nacional de prevenção e combate ao câncer no SUS, considerando a qualidade e o acesso aos serviços.
- TRAJETÓRIA DAS INCONSISTÊNCIAS:** Análise da evolução das inconsistências em processos de licitação e contratação pública.
- DIAGNÓSTICO DOS INVESTIMENTOS:** Análise de investimentos em obras de infraestrutura, avaliando a eficiência e o impacto social.



Linha do tempo

Avaliação - Produtos

TEMAS PRIORITÁRIOS PARA AVALIAÇÃO EM 2018/19

- GESTÃO HÍDRICA
- QUALIDADE DO GASTO PÚBLICO
- SEGURANÇA ENERGÉTICA
- ATUAÇÃO DA REGULAÇÃO ECONÔMICA E SERVIÇOS PÚBLICOS
- GOVERNANÇA DOS BENEFÍCIOS FINANCEIROS, CRÉDITOS E TRIBUTÁRIOS
- ECONOMIA DA SAÚDE
- EFICIÊNCIA ALOCATIVA
- MULTIPLICIDADE DE CADASTROS
- COMPETITIVIDADE DAS CADEIAS DE PETRÓLEO E AGRÍCOLA
- GOVERNANÇA UNIVERSITÁRIA
- GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS
- DESENVOLVIMENTO INFANTIL

SEGURANÇA ENERGÉTICA

A segurança energética é um conceito amplo, que está em função, entre outros, da capacidade do Estado de garantir o acesso à energia elétrica em quantidade suficiente, de forma segura e com o menor custo possível, sem comprometer a sustentabilidade ambiental e social.

O setor essencial da energia elétrica é a economia de tecnologia e a sua aplicação no quadro geral. Desta forma, a segurança energética envolve diversos temas, entre os quais se destacam o Conselho de Regulamentação de Serviços Públicos (CRSP), criado pela Lei nº 13.166, de 2016, que a função de assegurar a qualidade dos serviços públicos essenciais e a segurança do suprimento de energia elétrica em todo o território nacional.

AValiação DO HÍDRICOS

AValiação de disponibilidade de água potável para abastecimento público.

AValiação de processos de saneamento básico em municípios de pequeno porte.

AValiação D EMPREENHIM

AValiação da adequação de infraestrutura para o desenvolvimento econômico em municípios de pequeno porte.

AValiação dos recursos humanos e tecnológicos em municípios de pequeno porte.

ESTRUTURAÇÃO - ELÉTRICO

AValiação da estrutura de custos de energia elétrica em municípios de pequeno porte.

ABRANGÊNCIA

CONTRIBUIÇÃO PARA OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

DF	RJ	RS
----	----	----

PLANO OPERACIONAL 2018 SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO

DF	CO	MT	MS	ES
MG	RJ	SP	PR	RS
SC	AL	BA	CE	MA
PB	PE	PI	RN	SE
AC	AM	AP	PA	BO
RR	TO			

QUALIDADE DO GASTO PÚBLICO

O Brasil atingiu o desenvolvimento público de nível médio em 2017, segundo o Índice de Desenvolvimento de Gestão Pública (IDGP) elaborado pelo IBRA e publicado no Relatório de Gestão Pública 2017. O Brasil atingiu o nível médio em 2017, segundo o Índice de Desenvolvimento de Gestão Pública (IDGP) elaborado pelo IBRA e publicado no Relatório de Gestão Pública 2017.

ABOR

AValiação SISTEMÁTICA DE DESPE

Enquadram-se na abordagem a avaliação, em âmbito de atividades financeiras de órgãos e entidades do Federal.

AValiação SOBRE O PROCESSO D CONTAS DE RECURSOS TRANSFERID

Enquadram-se na abordagem as avaliações e consultoria a garantir a idoneidade e a eficiência do fluxo de recursos transferidos da União - o que envolve, em primeira instância, o processo de Tomada de Contas Especiais.

AValiação DOS GASTOS COM A DES

Enquadram-se na abordagem as avaliações e o controle de despesas na gestão de pessoas, seja por meio de análises de atos de pessoal ou mesmo mediante o uso de órgãos ou entidades.

PLANO OPERACIONAL 2018 SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO

DF	CO	MT	MS	ES
MG	RJ	SP	PR	RS
SC	AL	BA	CE	MA
PB	PE	PI	RN	SE
AC	AM	AP	PA	BO
RR	TO			

ECONOMIA DA SAÚDE

Com o crescimento econômico e a melhoria da infraestrutura, o Brasil tem avançado na melhoria da qualidade dos serviços de saúde. No entanto, a economia da saúde ainda enfrenta desafios, especialmente em relação à eficiência dos gastos e à redução dos custos.

ABORDAGENS

EIXO COOPERAÇÕES: FILANTROPIA

AValiação da atuação de estabelecimentos de saúde filantrópicas, especialmente as que detêm o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social no âmbito do Sazon (CEBAS).

PLANO OPERACIONAL 2018 SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO

DF	RJ	RS
----	----	----

Linha do tempo

Consultoria de Treinamento de gestores em Gestão de Riscos - Produtos

SFC discute gestão de riscos e controles internos com MEC, Conab e Ibama

Curso criado em 2016 já capacitou mais de cinco mil servidores em mais de 60 eventos

Nessa semana, a Secretaria Federal de Controle Interno (SFC) realizou, em Brasília, mais uma edição do curso de Gestão de Riscos e Controles Internos no Setor Público. A capacitação foi ministrada para 55 servidores do Ministério da Educação (MEC), do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), e da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).



CGU promove projeto de capacitação em gestão de riscos para instituições de ensino superior

Ação tem como objetivo formar a base necessária para a construção de metodologia para a gestão de riscos

A Secretaria Federal de Controle Interno (SFC), em parceria com a Associação Nacional dos Servidores das Auditorias Internas do Ministério da Educação (FONAI/MEC), iniciou, no segundo semestre de 2017, um projeto de capacitação em Gestão de Riscos para entidades de ensino superior federais. A iniciativa deriva da grande demanda pelo curso que essas entidades vinham apresentando individualmente. Assim, a SFC e o FONAI traçaram a estratégia de realizar treinamentos regionais para representantes das Auditorias Internas dessas entidades, para que esses pudessem replicar para demais servidores.



Secretaria Federal certifica 44 servidores em gestão de riscos

Ação vai ao encontro do objetivo estratégico da casa de disseminar as doutrinas de governança, controle, integridade e gestão de riscos e fortalecer as respectivas instâncias na Administração Pública

Servidores das Unidades Regionais do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União receberam, no último mês, certificação C31000 - Certified ISO 31000 Risk Management Professional pelo Global Institute for Risk Management Standards. Ao todo, são 44 servidores do Órgão Central e Regional que obtiveram a certificação esse ano.



Linha do tempo

Avaliação - Produtos

Valor ECONÔMICO

Home Brasil Política Internacional

Macroeconomia Setor Externo Infraestrutura Legislação e Tributos

07/05/2012 ÀS 00H00

CGU aponta falhas em rodovias privatizadas

Exclusivo para assinantes Para ler a matéria completa faça seu login ou cadastre-se

Seis das sete rodovias concedidas à iniciativa privada no primeiro grande leilão de estradas federais do governo petista iniciaram a cobrança de pedágio sem terem cumprido plenamente as obrigações exigidas em contrato. Buracos no asfalto, desnível nos acostamentos, falta de iluminação em passarelas e problemas no sistema de drenagem são exemplos de falhas apontadas pela Controladoria-Geral da União em relatório publicado no fim de 2007.

FOLHA DE S. PAULO

Governo perde controle de seus devedores

CGU questiona dados; Procuradoria-Geral da Fazenda revê processos, mas há erros também nos órgãos emissores



Edição do dia 22/04/2013
22/04/2013 10h01 - Atualizado em 22/04/2013 10h01

Excesso de peso de caminhões causa prejuízo de R\$ 1,6 bilhão em estradas

Alguns caminhoneiros insistem em carregar cargas acima do peso permitido com uma fiscalização ainda longe da ideal. E o governo paga a conta.

Tweet

Muitas estradas brasileiras estão em estado precário. Em alguns casos, a explicação para tanta buraqueira é o excesso de peso dos caminhões. Um levantamento da Controladoria-Geral da União mostrou que falta fiscalização, e essa falta tem um preço: um prejuízo de R\$ 1,6 bilhão por ano. O governo paga a conta.



Edição do dia 31/07/2013
31/07/2013 21h31 - Atualizado em 31/07/2013 21h31

CGU encontra sinais de uso inadequado de dinheiro da educação

O dinheiro do Fundeb, cerca de R\$ 100 bilhões por ano, deve ser aplicado obrigatoriamente na educação básica e para complementar o salário dos professores.



Linha do tempo

Avaliação - Produtos



Programa de inclusão digital do MEC não cumpriu metas, diz CGU

Controladoria estima que mais de 12 mil laboratórios não foram instalados. FNDE diz que estados e municípios são os responsáveis pela infraestrutura.

21/02/2013 14h35 - Atualizado em 21/02/2013 14h38

Do G1, em São Paulo

Uma avaliação dos laboratórios de inclusão digital entregues pelo Ministério da Educação entre 2007 e 2010 como parte do Programa Nacional de Tecnologia Educacional (Proinfo) mostrou que pelo menos 12 mil de 56 mil laboratórios foram entregues às escolas participantes, mas não chegaram a ser instalados e usados. A análise foi feita pela Controladoria-Geral da União (CGU) e o relatório foi divulgado nesta semana.

De acordo com o documento, técnicos da CGU visitaram 196 laboratórios e realizaram uma projeção. "Podemos afirmar, com 95% de confiança, que dos 56.510 laboratórios da base de dados fornecida pela SEED [Secretaria de Educação a Distância do MEC, que foi incorporada a outra secretaria em 2011] no momento da aferição das equipes de auditoria da CGU, o número de laboratórios entregues, porém não instalados é superior a 12.610", diz trecho do relatório.

O Proinfo foi criado pelo MEC com o objetivo de promover o uso pedagógico da informática nas escolas públicas.

Segundo a CGU, o programa foi avaliado a partir de uma base de dados que inclui os laboratórios com entrega autorizada pelo MEC entre janeiro de 2007 e junho de 2010, totalizando 56.510 laboratórios (34.223 em escolas urbanas e 22.287 em escolas rurais). De 2007 a 2010, o governo investiu R\$ 690,5 milhões no programa.

AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO

CGU aponta superfaturamento de merenda escolar no município de Vinhedo (SP)

Denúncia

Relatório de fiscalização resultou na denúncia do MPF contra prefeito e outras 27 pessoas. Prejuízo aos cofres públicos ultrapassa R\$ 8 milhões

Publicado: 23/08/2017 17h43

Última modificação: 23/08/2017 17h54

Tweets



Ação de fiscalização apurou irregularidades nos processos de contratação das empresas 'JV Alimentos Ltda', 'Conser Comércio de Alimentos e Serviços Ltda' e 'Cecapa Distribuidora de Alimentos Ltda'

Com base em irregularidades encaminhadas pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU), o Ministério Público Federal (MPF) indiciou o prefeito de Vinhedo (SP), Jaime César da Cruz, e outras 27 pessoas por superfaturamento de merenda. O relatório de fiscalização sobre a aplicação dos recursos públicos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), no município, apurou prejuízo aos cofres públicos superior a R\$ 8 milhões. Os réus responderão também por fraude em licitação, prorrogação ilegal de contratos e associação criminosa.

Os trabalhos de campo foram realizados pela CGU em maio de 2014. A ação de fiscalização apurou irregularidades nos processos de contratação das empresas



CGU vê sinais de irregularidades em 50% das concessões de auxílio-doença

MURILO RODRIGUES ALVES - O ESTADO DE S. PAULO

15 Outubro 2015 | 05h 00

INSS paga R\$ 21 bilhões por ano em benefícios, mas, segur auditoria, muitos casos não têm o mínimo indício de problema saúde, a documentação está irregular, há pagamentos dobrados, médicos peritos nem sequer vão às agências

INSS gastou R\$ 1,1 bilhão em benefícios pagos a mortos, diz relatório

Leandro Prazeres

Do UOL, em Brasília 18/09/2017 04h00 > Atualizada 18/09/2017 15h13



Ouvir texto Imprimir Comunicar erro

Almeida Rocha/Folhapress



Monitoramento de holerites dos servidores da União barra pagamentos indevidos de R\$ 1,3 bi

Resultado está consolidado na avaliação do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União sobre as despesas com pessoal; auditorias pegaram últimos sete anos e analisaram desembolsos que representam segundo maior dispêndio mensal

Redação 20 Agosto 2018 | 16h32



Foto: Divulgação/CGU

G1

MATO GROSSO DO SUL



Relatórios da CGU apontam desvios milionários no Hospital Universitário de Campo Grande

Desvios passam de R\$ 2 milhões, diz CGU. Direção do hospital informou que mudou procedimentos de controle conforme indicou CGU e MPF.



Linha do tempo

Consultoria - Produtos

CGU prepara normativo para Programas Federais de Integridade

Decreto nº 9.203/2017 estabeleceu procedimentos obrigatórios na estruturação de programas de compliance

16/04/2018 09:25 • Governança

Compartilhamento: [f](#) [t](#) [g+](#) [p](#) [in](#)



📅 Lançamento será realizado no próximo dia 25 de abril

Governo Federal lança guia para aprimorar formulação de políticas públicas

Publicação

Resultado de discussões envolvendo Casa Civil, CGU, Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento e Ipea, livro será apresentado nesta sexta (23), em Brasília

Publicado: 21/03/2018 13h37

Última modificação: 22/03/2018 07h56

[Tweets](#)

Governo Federal atualiza valores das modalidades de licitação após estudo da CGU

Decreto

Limite congelado há 20 anos tornava órgãos deficitários nas aquisições por pregão eletrônico

Publicado: 21/06/2018 15h37

Última modificação: 21/06/2018 15h37

[Tweets](#)



O Governo Federal publicou, na última terça-feira (19), o [Decreto nº 9.412/2018](#), que atualiza os valores de referência das modalidades previstas da Lei nº 8.866/1993. Além da correção da inflação, um dos objetivos é melhorar a eficiência das compras governamentais, por meio da expansão dos limites legais de dispensa de licitação. A mudança foi motivada, em grande parte, por estudo do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU) que apontou que 85% dos órgãos federais são considerados deficitários nas aquisições por meio de pregão eletrônico.



Linha do tempo

Apuração - Produtos

PF e CGU combatem desvios de recursos em prefeituras na Bahia

Operação Offerus, deflagrada nesta terça-feira, 21, mira esquema de fraude a licitações, superfaturamento, desvio de recursos públicos, corrupção ativa e passiva e lavagem de ativos envolvendo a contratação do serviço de transporte escolar nos municípios de Salvador, Alagoinhas, Casa Nova, Conde, Ipirá, Jequié e Pilão Arcado, na Bahia

Julia Affonso e Fausto Macedo
21 Agosto 2018 | 09h25



Operação Marcha à Ré aponta desvios de R\$ 75 mi no transporte escolar em Sergipe

Estadão Conteúdo

🕒 16/08/18 - 17h07

O Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União deflagrou nesta quinta-feira, 16, em Sergipe, a Operação Marcha à Ré, em parceria com a Polícia Federal, que visa apurar esquema de desvios e irregularidades na aplicação de recursos públicos destinados ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), no âmbito da Rede Estadual de Ensino.

Operação Offerus desarticula fraude no transporte escolar em municípios da Bahia

Esquema incluía direcionamento de pregões a empresas de fachada. Prejuízo é de R\$ 38 milhões

O Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU) participa, nesta terça-feira (21), na Bahia, da Operação Offerus. O trabalho é realizado em conjunto com a Polícia Federal (PF). O objetivo é desarticular esquema de fraude em processos licitatórios e superfaturamento de recursos destinados ao Programa Nacional de Transporte Escolar (PNATE) nos municípios de Alagoinhas, Casa Nova, Conde, Ipirá, Jequié e Pilão Arcado.

Nova fase da Operação Escamoteamento combate desvios de recursos no Piauí

Terceira fase apura irregularidades em licitações no município de Buriti dos Lopes (PI)

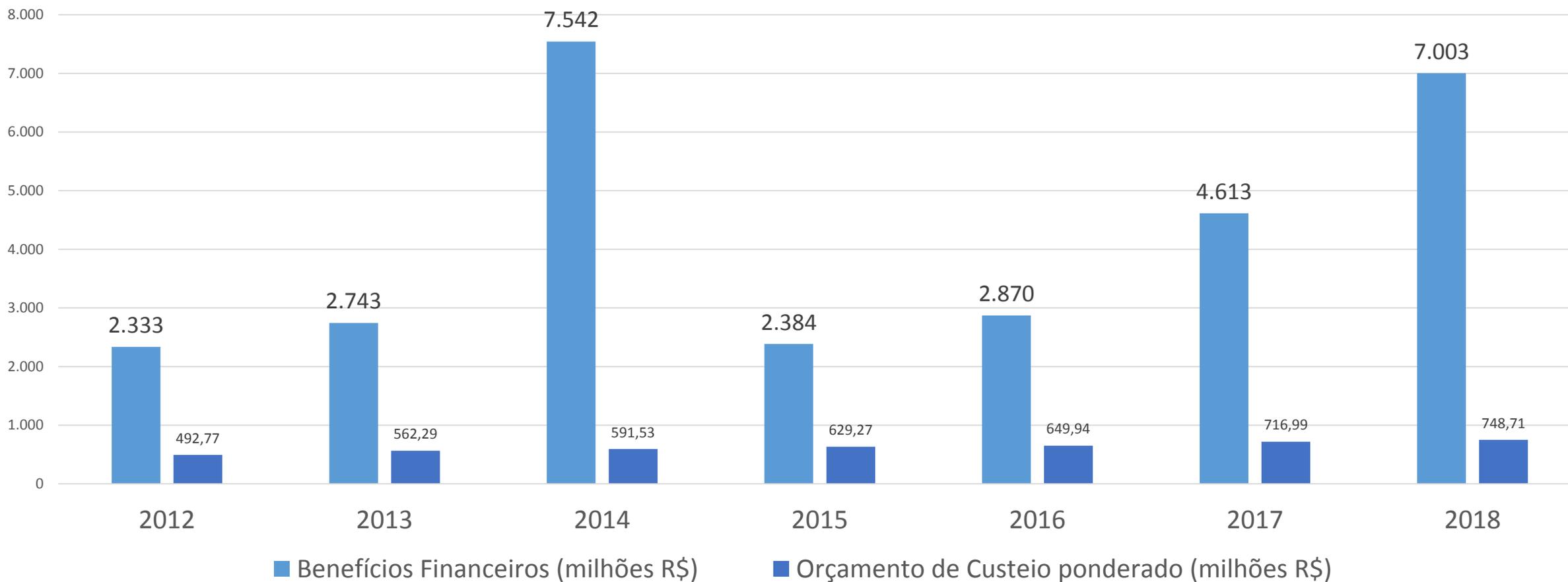
Nesta quinta-feira (23), o Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU) participa da terceira fase da Operação Escamoteamento, no Piauí. A ação é uma continuação da investigação, iniciada em 2017, destinada a desarticular organização criminosa especializada em fraudar licitações e desviar recursos públicos em municípios piauienses, com atuação também em cidades do Ceará e do Maranhão.



Linha do tempo

Avaliação e Consultoria - Resultados

Benefícios Financeiros da CGU





Que caminhos devemos percorrer?

	Foco no Controle	Foco no Processo	Foco no Risco	Foco no Gerenciamento de Risco
Objetivo	Conformidade com leis e normativos	Efetividade e eficiência do processo	Efetividade dos controles e dos procedimentos para a mitigação dos riscos críticos	Efetividade do gerenciamento de riscos para o alcance dos objetivos e mitigação dos riscos
Abordagem	Compreender as diretrizes e verificar a conformidade	Comparar o processo com as melhores práticas	Identificar os riscos críticos do negócio e avaliar os controles para mitigação dos riscos	Entender os objetivos, identificar os riscos associados aos objetivos, conhecer o apetite a riscos, identificar medidas de desempenho e avaliar a efetividade do gerenciamento de riscos
Foco	Identificar não-conformidades e erros	Identificar oportunidades de melhoria do processo	Identificar controles e procedimentos que não são efetivos para mitigar os riscos críticos	Identificar oportunidades de melhoria no gerenciamento de riscos

Estamos aqui





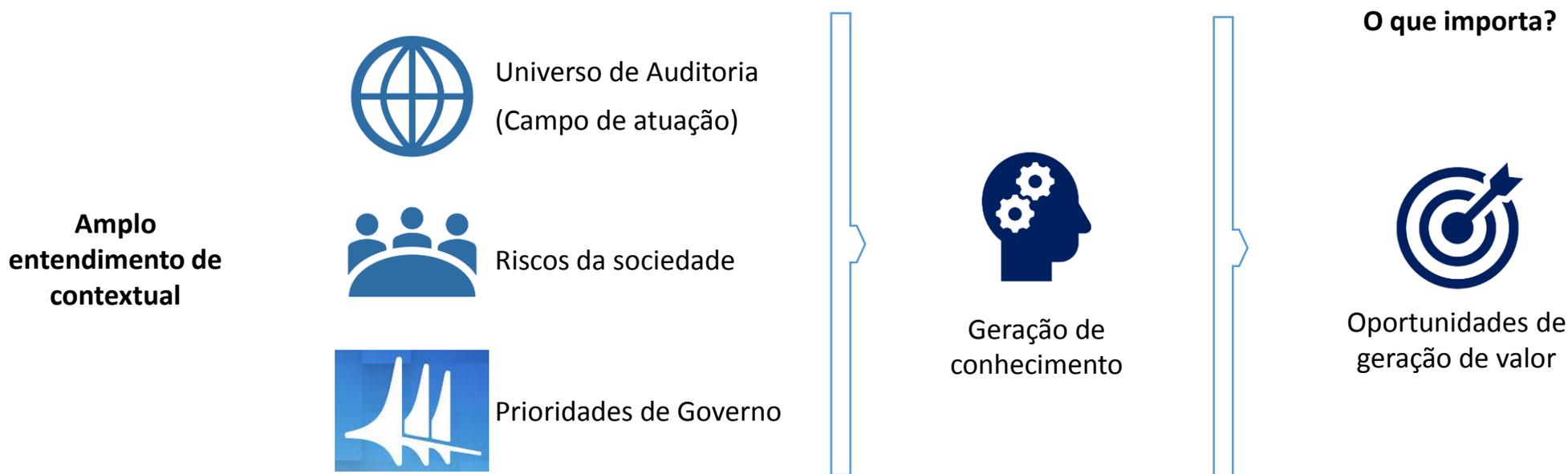
Que caminhos devemos percorrer?

Fortalecimento das capacidades e dos controles do Gestor (1º e 2º linhas de defesa) com uso intensivo de tecnologia;

- Ciência de dados para estabelecer trilhas de auditoria, disponíveis ao Gestor para autotutela;
- Robotização - Controle preventivo (Ex: Alice)
- Melhor e maior interação com o Gestor – Sistema E-aud
- Empoderamento do controle social

Que caminhos devemos percorrer?

Estabelecimento de foco



MINISTÉRIO DA
TRANSPARÊNCIA E
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

